

## Resumo Executivo - PDC nº 357 de 2016

**Autor**: Jerônimo Goergen (PP/RS) **Apresentação**: 04/05/2016

**Ementa:** Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Macacos, Boi Preto, Pereiros, Pimenta e Logradouro, situado no Município de Sousa, Estado da Paraíba".

Orientação da FPA: Contrária ao projeto

Comissão	Parecer	FPA
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	Parecer do Relator, Dep. Onyx Lorenzoni (DEM-RS), pela aprovação. <u>Inteiro teor</u>	relator
Comissão de Constituição e Justiça e	Parecer do Relator, Dep. Patrus Ananias (PT-MG), pela inconstitucionalidade.	Contrária ao parecer do relator

de Cidadania (CCJC)

<u>Inteiro teor</u>

## **Principais pontos**

• Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Macacos, Boi Preto, Pereiros, Pimenta e Logradouro, situado no Município de Sousa, Estado da Paraíba

## **Tustificativa**

- O Decreto tem efeito de ilegalidade, pois publicado nas vésperas da votação de afastamento da Presidente da República, não visa atingir o fim do ato administrativo e atender os interesses dos beneficiados, mas sim, apenas editar atos administrativos para marcar a gestão sem a devida análise e discussão do tema.
- Isso se caracteriza por desvio de finalidade pois a presidente, embora atuando nos limites de sua competência, praticou o referido Decreto por motivos ou com fins diversos dos objetivados pela Constituição e exigidos pelo interesse público.
- Ressalte-se que no ano de 2015 e até março de 2016 nenhum imóvel foi desapropriado para a reforma agrária por ser considerado improdutivo.
- Essa falta de ação na reforma agrária no governo da Presidente Dilma se tornou o motivo do descontentamento e de vários dos protestos articulados pelos movimentos sociais que lutam pela redistribuição de terras no Brasil.
- Assim, para agradar a esses movimentos, em cerimônia no Palácio do Planalto no dia 1º de abril, a Presidente Dilma, de forma irresponsável, assinou 25 decretos de desapropriação de



imóveis rurais, dos quais 21 deles se referem a áreas declaradas de interesse social para fins de reforma agrária.